



## Prostituição infantil pode provocar inelegibilidade

Segue para a Câmara projeto que impede a eleição, por oito anos, de condenado por envolvimento nesse tipo de crime

Marcos Oliveira/Agência Senado



Plenário aprova projeto que torna inelegível o agente público condenado em segunda instância por prostituição de criança

**P**rojecto que torna inelegível o agente público condenado em segunda instância por envolvimento direto ou indireto com prostituição infantil foi aprovado ontem pelo Senado e segue para a Câmara. Alteração feita pelo relator, Magno Malta, estabeleceu o prazo de inelegibilidade, fixado em oito anos após o cumprimento da pena. O autor, Cristovam Buarque, destacou que a proposta busca, ao mesmo tempo, combater a prostituição infantil, contribuir para a probidade nos processos eleitorais e valorizar a atuação da polícia judiciária e do Ministério Público. **3**

Vai para a Câmara programação monetária do país **3**

Audiência aponta riscos em cortes na Ciência e Tecnologia **5**

Preço de remédio tem que ser fiscalizado, diz subprocurador **7**

MP que criou ministérios deve ser votada na terça **2**

Proposta destina renda da mineração a saúde e ensino **8**

Presidente do IBGE garante qualidade do Censo Agropecuário **6**

### Votação do abuso de autoridade será na quarta-feira

A Comissão de Constituição e Justiça adiou para quarta-feira a votação de projeto que define os crimes de abuso de autoridade. O relator, Roberto Requião, apresentou ontem seu relatório, mas senadores pediram vista coletiva. **4**

### Governo reconhece gravidade de crise hídrica no Nordeste

Representantes do governo disseram que é grave a crise hídrica no Nordeste. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba defendeu a revitalização dos rios e a construção de poços artesianos. **6**

### Comissão aprova MP que dá bônus a peritos do INSS **7**

### Avança projeto que garante mais proteção a idoso **8**

### Debate: país precisa de mais educação e menos burocracia

Especialistas discutiram ontem, em audiência no Senado, soluções para alavancar o crescimento do país. Educação de mais qualidade, redução da burocracia e dos juros e incentivo à indústria foram algumas das sugestões dos debatedores. **5**



Jereissati (2º à esq.) coordena audiência sobre como reduzir o custo Brasil

Reque de Sá/Agência Senado



Cristovam Buarque debate em comissão seu projeto sobre serviço civil

Geraldo Magela/Agência Senado

### Médicos pedem rejeição do texto do serviço civil obrigatório

Em audiência, o Conselho Federal de Medicina se manifestou contra o projeto que cria o serviço civil obrigatório para médicos recém-formados em faculdade pública. Segundo a entidade, a formação médica se tornaria demorada demais. **7**

### Plenário vai analisar estabilidade temporária para adotantes

Mulheres adotantes ou com guarda judicial para adoção poderão ganhar estabilidade de cinco meses no emprego após a licença-maternidade, como já ocorre com as mães biológicas. O projeto, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais, busca garantir igualdade de direitos e segue para o Plenário. **8**



A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem o projeto que agora segue para votação no Plenário do Senado

Edilson Rodrigues/Agência Senado

# Emendas adiam votação de MP de novos ministérios

Em comissão mista, deputados e senadores estudam emenda que transfere do Gabinete de Segurança Institucional para a Polícia Federal competência para atuar no combate ao terrorismo

A VOTAÇÃO DO relatório da Medida Provisória (MP) 768/2018, que cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, poderá ocorrer na próxima reunião da comissão mista. Após a leitura do texto do deputado Cleber Verde (PRB-MA) ontem, foi concedida vista coletiva. O pedido de mais tempo para análise foi feito pelo deputado Afonso Florence (PT-BA).

Florence informou que estava buscando a aprovação de duas emendas apresentadas por parlamentares do PT. Ele disse que já havia entrado em contato com o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), para tratar do assunto. Uma das emendas, segundo o deputado, foi sugerida pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) e transfere do Gabinete de Segurança Institucional (SGI) da Presidência da República para a Polícia Federal (PF) o acompanhamento de assuntos relacionados ao combate ao terrorismo, bem como o intercâmbio de subsídios visando às avaliações de risco.

— Os profissionais da SGI são muito competentes, mas em termos de estrutura a PF é incomparável. No território nacional, nas fronteiras. E ainda realiza as atividades de inteligência. Estamos preocupados principalmente com a prevenção do terrorismo — afirmou Florence.

A outra emenda, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), propõe a criação de uma ouvidoria no Ministério dos Direitos Humanos.

## Magno Malta pede CPI para investigar maus-tratos a crianças

Magno Malta (PR-ES) defendeu ontem a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar os casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes no país.

O senador citou como exemplo desse tipo de prática o caso de um jogo na internet, intitulado Baleia Azul, em que adolescentes são desafiados pelo instrutor a cumprir diversas etapas, entre as quais a automutilação e até mesmo o suicídio.

— Depois de atraí-lo, leva o jovem à depressão, faz desafios, e quando ele tenta sair, quem está por trás do jogo começa a ameaçar de morte a família dele.



O presidente eventual da comissão, Fernando Bezerra, e o relator, Cleber Verde

Na reunião, o relator e parlamentares da base governista garantiram que o presidente Michel Temer está comprometido com a criação da ouvidoria. Observaram, no entanto, que isso não poderia ser feito por MP, mas por decreto, o que deverá ocorrer após a aprovação do texto final, informaram.

Florence disse que o líder André Moura já está em negociações com a Casa Civil tratando das duas emendas apresentadas pelo PT.

## Competências

O relator explicou que não acatou a emenda de Lindbergh por entender que poderia criar um “conflito de competências” entre a PF e o SGI. Disse, no entanto, estar aberto às sugestões que decorram das negociações entre parlamentares e governo.

Cleber Verde apresentou aos integrantes da comissão mista algumas alterações ao texto original da MP, fruto de sugestões feitas pelo próprio governo. Buscando adaptar o arcabouço jurídico a um

decreto recente, deverão ser transferidas para o Ministério do Desenvolvimento as competências e estrutura referentes à formulação de políticas de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte.

Também deverá passar para o Ministério das Relações Exteriores (MRE) a supervisão do Serviço Social Autônomo Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil).

A nova versão da MP também retira do Itamaraty a secretaria-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que passará para o Ministério do Desenvolvimento.

Deverão ser transferidas do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento as competências e estruturas administrativas referentes à aquicultura e à pesca, como previsto em decreto recente do governo.

A comissão volta a reunir-se na terça-feira, quando deverá votar o relatório de Cleber Verde e as emendas apresentadas.

## Medeiros alerta para aumento de jovens no jogo Baleia Azul

José Medeiros (PSD-MT) fez um alerta para o aumento de adeptos do jogo Baleia Azul entre os jovens brasileiros. Segundo artigo lido pelo senador, o jogo difundido pela internet já induziu mais de 140 jovens a cometerem suicídio, principalmente na Europa.

Segundo ele, o jovem recebe uma sequência de 50 desafios de um instrutor on-line. Essas provocações começam com fazer cortes no próprio corpo e vão evoluindo até o suicídio.

O senador afirmou que aqueles que tentam desistir são ameaçados pelos desenvolvedores.



## Ciro Nogueira homenageia ex-governador do Piauí

Ciro Nogueira (PP-PI) homenageou José Raimundo Bona Medeiros, morto em abril, e disse que o ex-governador do Piauí fez parte de uma geração de homens públicos devotados ao estado.

O Piauí perdeu um de seus melhores cidadãos, e sua vida política de pleno êxito merece nosso respeito e aplausos eternos, disse o senador. Ele também destacou que Bona Medeiros foi um bom deputado estadual, além de um gestor público que mostrou eficiência administrativa nos cargos que ocupou ao longo de sua vida pública.



## Governo reverá juros de fundos constitucionais, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, se comprometeu em Plenário a promover uma reunião entre a bancada de parlamentares do Nordeste e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para discutir a revisão dos juros dos Fundos Constitucionais do Nordeste (FNE), do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO).

Eunício informou que em encontro com o presidente Michel Temer obteve — juntamente com Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) — o compromisso de uma revisão dos juros dos fundos. Temer

prometeu encaminhar a questão ao ministro da Fazenda.

— Eu me comprometo a convidar a todos para um café da manhã, um almoço ou um jantar que caiba na agenda de todos nós para tratarmos desse assunto importante, para ajudarmos o Brasil a sair o mais rapidamente desta crise — afirmou.

Ele citou o Banco do Nordeste, que tem R\$ 28 bilhões estocados no FNE sem demanda, não por falta de interessados, mas porque nenhum projeto de desenvolvimento resistiria à taxa de juros cobrada.

## Sessão especial celebrará 55 anos da Universidade de Brasília

O Senado terá sessão especial no dia 27 de abril, às 9h, para homenagear os 55 anos da Universidade de Brasília (UnB). A iniciativa de Cristovam Buarque (PPS-DF), reitor da UnB entre 1985 e 1989, obteve apoio de Hélio José (PMDB-DF) e Reguffe

(sem partido-DF).

Inaugurada em 21 de abril de 1962, a universidade, idealizada pelo antropólogo Darcy Ribeiro e desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi criada pela Lei 3.998/1961. Hoje tem mais de 35 mil alunos.

## Simone Tebet agradece homenagens

Simone Tebet (PMDB-MS) agradeceu ontem a condecoração recebida do Comando Militar do Oeste, que homenageia pessoas e instituições que tenham prestado serviços relevantes à nação, especialmente às Forças Armadas terrestres. Pedro Chaves (PSC-MS) também foi homenageado.

A senadora afirmou estar duplamente gratificada porque seu pai, o ex-senador Ramez Tebet, falecido em novembro de 2006, foi declarado patrono cívico do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul.



## Romário anuncia análise de remédio para leucemia

Romário (PSB-RJ) informou que o Ministério da Saúde determinou que o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde avalie a eficácia e segurança do medicamento Leuginase, comprado da China, para ser usado no tratamento de leucemia infantil.

Segundo explicações do senador, o medicamento não tem o registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, por isso, ainda não há confirmação da segurança do produto, de acordo com as regras brasileiras.



### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário depois da ordem do dia serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### CDH Os índios na ditadura

9h30 Audiência interativa para debater agressões aos direitos dos povos indígenas durante a ditadura.

### PLENÁRIO Sessão de discursos

11h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e comunicados da Mesa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Prostituir criança pode causar inelegibilidade

Projeto que foi aprovado em Plenário e segue para a Câmara impede a eleição de agente público condenado em segunda instância por envolvimento em crime sexual contra menores

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, por 68 votos a favor e apenas 1 contrário, projeto que torna inelegível o agente público condenado em segunda instância por envolvimento com prostituição infantil. A proposta será analisada pela Câmara dos Deputados.

Pelo PLS 209/2008 — Complementar, de Cristovam Buarque (PPS-DF), o condenado fica impedido de assumir cargo se estiver respondendo judicialmente a imputações de envolvimento direto ou indireto com esse tipo de crime.

— É necessário demonstrar claramente que o Estado brasileiro condena, com veemência e de todas as formas, a exploração sexual de crianças e adolescentes, ressaltar que essa prática constitui crime horrendo, inaceitável. Ao mesmo tempo, combatemos a prostituição infantil, contribu-

ímos para sanear os processos eleitorais, e prestigiamos e valorizamos a atuação da polícia judiciária e do Ministério Público — disse o senador.

Alteração feita pelo relator, Magno Malta (PR-ES), estabeleceu que o prazo de inelegibilidade é de oito anos após o cumprimento da pena.

Malta destacou que a proposta é preventiva, na questão da proteção da infância, ao impedir a eleição de um indivíduo que deliberadamente abusa de uma criança ou adolescente.

— Penso que é mais um avanço na defesa das crianças, no combate, que se encorajou pelo avanço das nossas leis, ao abuso, à pedofilia. Hoje a sociedade denuncia, fala, não se intimida, o povo brasileiro não quer conviver nem com pedófilo, nem com criança abusada. Penso que essas leis produzem inibição — afirmou.



Relator do projeto de Cristovam Buarque, Magno Malta propôs o prazo de oito anos para a inelegibilidade

## Relator afirma que crime tira legitimidade de agente público

Pelo texto de Cristovam Buarque, a proibição de ocupar cargo público devido a envolvimento com prostituição infantil teria início com o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público e o recebimento pelo Poder Judiciário, quando a autoridade judicial constata a presença dos elementos mínimos necessários para a instauração da instrução criminal. O projeto altera a Lei de Inelegibilidade (Lei Complementar 64/1990).

Em Plenário, Magno Malta acatou sugestão de Renan Calheiros (PMDB-AL) e apresentou subemenda para estabelecer que a inelegibilidade só ocorra após condenação do agente público por colegiado de segunda instância, na forma da Lei da Ficha Limpa.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PLS 209/2008 — Complementar também foi relatado por Malta.

Na opinião do senador, quem comete crime “tão covarde”, contra vítimas incapazes física e mentalmente de se defenderem, não tem legitimidade para representar a sociedade, defender os interesses públicos e gerir o dinheiro e o patrimônio da coletividade em prol do bem comum, uma vez que não teria isenção, moralidade, probidade e autonomia, fatores imprescindíveis para exercer funções públicas.

## Senado aprova programação monetária de dois trimestres

Foram aprovados ontem em Plenário os projetos de decreto legislativo que contêm as programações monetárias do governo federal de dois trimestres de 2016. O PDS 39/2017 trata da programação de abril, maio e junho de 2016 e o PDS 40/2017, de julho, agosto e setembro do ano passado. Ambos seguem para a Câmara.

Por lei, o presidente do Banco Central deve submeter ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a programação monetária para o trimestre que se inicia contendo

estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários que podem assegurar a estabilidade da moeda, a análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e demonstrativo mensal das emissões de real. Caso a programação monetária não seja aprovada pelo Congresso até o final do primeiro mês do trimestre, o Banco Central fica autorizado a executá-la até a sua aprovação.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foi o relator do PDS 39/2017 na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE). Segundo o senador, o documento mostra o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 10,36% para os 12 meses encerrados em fevereiro de 2016. Já o PDS 40/2017 foi relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A programação, disse o senador, chama a atenção para o ritmo recessivo do nível de atividade na indústria, na agropecuária e nos serviços; a taxa de desemprego em 11,2% no trimestre; e a variação de 9,3% no IPCA para os 12 meses encerrados em maio de 2016.

## Avança tramitação de 4 propostas de emenda à Constituição

O Plenário do Senado cumpriu ontem novas etapas para o avanço de quatro propostas de emenda à Constituição (PECs). Dessa forma, elas ficam mais próximas de serem votadas pelos senadores.

Uma delas integra a Agenda Brasil (conjunto de propostas selecionadas pelo Senado que têm o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país) e institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. A ideia da PEC 24/2012 é garantir uma fonte permanente de recursos para o combate à criminalidade.

O projeto, de João Capiberibe (PSB-AP), teve a quarta sessão de discussão no Plenário e precisa cumprir apenas mais uma antes de ser votada em primeiro turno. Os recursos para o fundo virão de impostos arrecadados da indústria de armas e das atividades de segurança privada, entre outras fontes.

O relator da PEC na Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ), Aécio Neves (PSDB-MG), incorporou ao texto uma emenda que deixa mais clara a forma de financiamento da segurança pública no Distrito Federal e inclui, na composição do fundo, a cota de 50% dos valores apurados em leilões judiciais de bens de origem ilícita.

### Crime imprescritível

A PEC 64/2016, que inclui o crime de estupro no rol de delitos imprescritíveis e inafiançáveis, passou ontem pela segunda sessão de discussão em primeiro turno. O autor, Jorge Viana (PT-AC), argumenta que, com a imprescritibilidade, a possibilidade de punição pelo ato não se esgotaria com o passar do tempo. Também não seria possível ao criminoso ser liberado para aguardar julgamento em liberdade mediante pagamento de fiança. Atualmente o tempo de prescrição pode se estender até 20 anos. A relatora do texto é Simone

Tebet (PMDB-MS).

Outras duas PECs tiveram a primeira sessão de discussão. A PEC 77/2015 é uma delas. Ela cria o Simples Municipal, regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios. De Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta flexibiliza normas de prestação de contas e cria um tratamento jurídico diferenciado, para evitar que esses municípios percam acesso a recursos públicos federais por dificuldades operacionais próprias da estrutura administrativa menos desenvolvida.

Também foi discutida a PEC 103/2015, que revoga a regra constitucional que diz que o Congresso não pode entrar em recesso no meio do ano antes de aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O autor, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), explica que a intenção é permitir que o Congresso conduza o processo de elaboração da lei sem “afogadilho”.

## CPI da Previdência já pode ser instalada, após indicações

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem, no Plenário, os integrantes da CPI da Previdência, proposta por Paulo Paim (PT-RS) para investigar as contas do sistema previdenciário, se há ou não déficit e os grandes devedores. Além de Paim, serão titulares: Hélio José (PMDB-DF), Rose de Freitas (PMDB-ES), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Lasier Martins (PSD-RS) e João Capiberibe (PSB-AP). Eunício informou que aguarda a indicação do Bloco Moderador.

Ao todo são sete titulares e cinco suplentes. Até agora três suplentes foram indicados: José Pimentel (PT-CE), José Medeiros (PSD-MT) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O anúncio dos integrantes da CPI foi formalizado depois que Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou questão de ordem, lembrando que os líderes não apresentaram todos os nomes. Ela destacou que o assunto é o mais relevante em debate no Congresso. Na sequência, Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou os indicados.

## Randolfe pede agilidade para votar fim do foro privilegiado

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) fez apelo, em Plenário, para que seja votada a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado, da qual é o relator. O texto (PEC 10/2013) precisa ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir para o Plenário.

O relator pediu que o texto seja colocado em pauta assim que a CCJ votar o projeto que trata do abuso de autoridade (PLS 280/2016). O presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE) ressaltou que há intenção de votar o projeto e que espera que a CCJ dê agilidade à análise da matéria.

— Houve emenda e, por questão regimental, o texto voltou para a CCJ. Espero que a comissão, sempre muito ágil em suas ações, devolva [a proposta] ao Plenário para que façamos, aqui, a última sessão de debates e, na sequência, a votação do fim do foro privilegiado — disse Eunício.

Alvaro Dias (PV-PR), autor da PEC, pediu que a matéria seja analisada na CCJ na quarta-feira.

# Votação de projeto sobre crimes de abuso de autoridade fica para dia 26

Após Requião ler relatório, senadores pediram vista coletiva, argumentando que o relator fez mudanças no texto e que o tema é polêmico

UM PEDIDO DE vista coletiva adiou para a próxima semana a votação do projeto que estabelece os crimes de abuso de autoridade. Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem, o relator, Roberto Requião (PMDB-PR), leu seu relatório sobre o assunto.

O voto de Requião tem como base os Projetos de Lei do Senado 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), e 85/2017, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que reproduz sugestões entregues ao Legislativo pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a partir de sugestões de procuradores.

A leitura do relatório durou quase 2 horas e 20 minutos, e o adiamento da votação dividiu os integrantes da comissão. Além do relator e de Renan, Jorge Viana (PT-AC) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) foram contra e alegaram tratar-se de mais uma medida protelatória.

— Tenho convicção de que é postergação para a mídia. Isso não é comportamento digno. Estão querendo aproveitar a TV Senado para esse ridículo espetáculo — afirmou Requião, que lembrou o fato de haver um longo percurso ainda para que a proposta vire lei.

Já os senadores que defenderam o adiamento alegaram que o relator fez muitas modificações no texto, o que exigiria mais tempo para análise.

— Trata-se de um relatório extenso apresentado há pouco tempo. O tema é polêmico e a matéria provoca contradições. A vista é, sim, necessária — afirmou Alvaro Dias (PV-PR).

Diante do impasse, o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), aceitou o adiamento, mas marcou a votação



Requião (D) decidiu considerar prejudicado texto subscrito por Renan e adotou projeto fruto de sugestões de procuradores

para o dia 26, quarta-feira.

— Não admitiremos mais obstrução e nenhuma outra chicana regimental — disse.

## Punições

O texto final apresentado por Requião acena com uma lei com 30 artigos definindo os crimes de abuso de autoridade.

Serão punidas, por exemplo, ações como decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado sem prévia intimação ao juízo; fotografar ou filmar preso, investigado, indiciado ou vítima, sem consentimento ou com o intuito de expor a pessoa a vexame; e algemar preso quando não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco.

A proposta prevê três efeitos a quem for condenado por crime de abuso de autoridade: obrigação de indenizar a vítima, inabilitação para o exercício do cargo por período de um a cinco anos e perda do cargo. Para que ocorram essas duas últimas consequências, é necessário haver reincidência.

Se aprovada, a lei terá um alcance amplo e vai valer para

todo agente público, servidor ou não, integrante do Executivo, Legislativo ou Judiciário em todas as esferas (federal, estadual e municipal), além de militares e integrantes do Ministério Público e dos tribunais e de conselhos de Contas.

O relator descartou a distinção entre agentes políticos e servidores comuns previstos no PLS 85/2017. Para Requião, seria segregação descabida:

— Os agentes públicos, no caso de abuso de autoridade, devem responder igualmente pelas condutas praticadas, e não pela estatura ou relevância do cargo ou carreira. Pouco importa se o agente é senador, magistrado ou soldado.

## Hermenêutica

Segundo Requião, a primeira preocupação dele ao assumir o tema foi evitar o chamado crime de hermenêutica, ou seja, punir o agente por divergência na interpretação da lei.

O senador afirmou que todo o tempo deixou claro que não permitiria que isso acontecesse. Todavia, disse, tal ponto do projeto recebeu críticas e ele

resolveu mudar a redação para deixar claro que, para a configuração do abuso, não basta a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, sendo necessária a presença do dolo de prejudicar, beneficiar ou satisfazer-se pessoalmente.

— Espero com isso colocar ponto final, afastando injustas ilações de que se tinha intenção de punir magistrados e promotores — declarou.

Ao proferir o voto, Requião optou por considerar prejudicado o PLS 280/2016 e levar adiante o PLS 85/2017, por achar que este último tem um texto mais adequado para o tratamento do tema.

— O PLS 280 não é do Renan, mas fruto da elaboração de sete anos da comissão que pretendia adequar a legislação brasileira [Comissão da Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais]. Assim como o PLS 85 não é do Randolfe, que o subscreve. Nem do procurador-geral, Rodrigo Janot, que o apresentou ao Congresso. É de autoria de procuradores da República — alertou.

## Kátia Abreu nega receber dinheiro da Odebrecht

Kátia Abreu (PMDB-TO) negou que ela e o marido, Moisés Gomes, tenham recebido qualquer quantia da Odebrecht, diferentemente do que consta da delação premiada de executivos da empreiteira, no âmbito da Lava Jato, em vídeo tornado público recentemente.

A senadora informou que está enviando ao ministro Edson Fachin, do STF, dois pedidos: para que ela e o marido sejam ouvidos logo e que haja pressa nas averiguações. Ela disse que sempre apresentou aos doadores, especialmente do agronegócio, os projetos que pretendia defender no Congresso.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Vanessa lamenta vídeos de ódio à classe política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) declarou apoio irrestrito à Lava Jato, mas ponderou que o combate à corrupção não deve servir para estimular o ódio contra a classe política.

A senadora citou um vídeo em que uma procuradora instiga a sociedade a reagir contra os detentores de cargos eletivos.

Segundo ela, a divulgação das delações da Odebrecht foi irresponsável.

— Eu fui citada. Emiti uma nota na qual deixo muito claro que estou consciente que não cometi qualquer tipo de ilegalidade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Um ano após saída de Dilma, Fátima critica fala de Temer

Fátima Bezerra (PT-RN) fez críticas ao governo após um ano do impeachment de Dilma Rousseff. A senadora apontou o envolvimento de ministros e da base de Michel Temer nas delações da Lava Jato para afirmar que o impedimento “nada tinha a ver” com o combate à corrupção, a recuperação da economia ou a retomada do desenvolvimento.

— Estamos testemunhando a infâmia da infâmia. Um presidente ilegítimo vai à cadeia de televisão e confessa que Eduardo Cunha aceitou o pedido por mera vingança e nada acontece.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## O que prevê a proposta

### VEJA ALGUNS PONTOS DO TEXTO APRESENTADO POR REQUIÃO

<b>Crime de hermenêutica</b>	Só há abuso de autoridade se as condutas tiverem a finalidade específica de prejudicar alguém, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal. Além disso, a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável e fundamentada, não configura, por si só, abuso.
<b>Sujeitos ativos</b>	A lei vale para servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas; membros dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário em todas as esferas; membros do Ministério Público; membros dos tribunais ou conselhos de Contas.
<b>Efeitos da condenação</b>	Obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos, considerando os prejuízos por ele sofridos; inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a cinco anos, em caso de reincidência; perda do cargo, do mandato ou da função pública, em caso de reincidência.
<b>Ação penal</b>	Os crimes previstos na lei são de ação penal pública incondicionada, ou seja, ficam sob a titularidade do Ministério Público e não dependem da vontade da vítima ou de qualquer outra pessoa. Todavia, admitem a legitimidade concorrente do ofendido para a promoção da ação penal privada.
<b>Penas restritivas que podem substituir a prisão</b>	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com perda dos vencimentos e das vantagens; proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no município em que houver sido praticado o crime e naquele em que residir e trabalhar a vítima, pelo prazo de um a três anos.
<b>Alguns crimes previstos</b>	Decretar prisão preventiva, busca e apreensão ou outra medida de privação da liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo. Fotografar ou filmar, permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filme ou filmagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal, com o intuito de expor a pessoa a vexame ou à execração pública. Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou ao de qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada, ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado. Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte. Induzir ou instigar pessoa a praticar crime para capturá-la em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei.

# Educação é base para crescimento, aponta debate

Especialistas discutiram ontem soluções para reduzir o custo Brasil e estimular a economia do país. Burocracia e regime fiscal complexo são alguns dos entraves, disseram

**EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**, desburocratização e juros mais baixos podem ajudar o Brasil a crescer de maneira sustentada e mais eficiente. As sugestões são de quatro especialistas em desenvolvimento econômico que participaram ontem de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O debate discutiu formas de superar o custo Brasil, conjunto de entraves estruturais, burocráticos e econômicos que encarecem o investimento no país e fazem com que o produto brasileiro perca competitividade no exterior. O presidente da CAE, Tasso Jereissati (PSDB-CE), disse que a comissão vai propor, até o fim do ano, soluções legislativas e recomendações ao governo em busca da superação do problema.

A burocracia excessiva, a infraestrutura precária e o regime fiscal complexo são alguns desses entraves, na avaliação do chefe da Assessoria Especial de Reformas Microeconômicas do Ministério da Fazenda, João Manoel de Mello. Ele sugeriu simplificar os processos para abertura e fechamento de empresas, facilitar procedimentos de importação e exportação e proteção da capacidade produtiva.

O diretor-presidente do Insper, instituição de ensino em economia, direito



Jereissati (2º à esq.) coordena debate sobre soluções para gerar mais empregos e renda no país

e engenharia, Marcos Lisboa, concorda. Ele destacou que, entre 1995 e 2015, países emergentes cresceram de forma acelerada; latino-americanos cresceram menos, mas constantemente; e o Brasil apresentou relativa estagnação econômica até 2000. Já entre 2001 e 2010, o Brasil cresceu acompanhando ou até superando a média mundial, mas, a partir de 2011, disse, o mundo continuou crescendo e o Brasil, não.

## Papel da escola

Para Lisboa, a defasagem educacional do Brasil pode explicar parte desse atraso, além da legislação trabalhista

“complexa”, da enorme burocracia para abertura e fechamento de empresas e da insegurança jurídica.

Professor do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Samuel Pessôa destacou que a produtividade do trabalhador brasileiro não cresce há 40 anos. Para ele, o país precisa de marcos legais que priorizem investimentos e subsídios em áreas que tragam mais benefícios para a sociedade como um todo. Como exemplo, ele sugere intervenção estatal mais forte em busca de mais investimentos em educação fundamental e mobilidade urbana.

Pessôa argumenta que apenas oferecer escola a todos não basta, é preciso que a educação seja de qualidade. E é justamente a baixa qualidade da educação que vem fazendo o Brasil ficar atrás de países emergentes, asiáticos e latino-americanos, avaliou.

— A qualidade da escola é essencial, escola que não ensina bem não adianta — disse ele, ao ressaltar que esse é um fator que pesa na desigualdade de renda.

## Tributos

Júlio de Almeida, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), apontou a complexidade do sistema tributário brasileiro. Se não fossem instrumentos como o Simples, o país, disse, estaria enfrentando outros e maiores problemas. Sugeriu mais investimentos e incentivos à pesquisa e inovação, fundamentais para o aumento da produtividade e da capacidade de o país crescer de forma sustentada e a longo prazo.

Almeida também sugeriu um programa de atualização da indústria nacional, por exemplo com descontos fiscais para a compra de máquinas, diminuição da taxa real de juros, reforma tributária e mais abertura ao capital externo.

# Cortes no orçamento da Ciência e Tecnologia são criticados

O assunto que predominou na audiência promovida ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) foi o corte anunciado pelo governo no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia para 2017. A restrição atingiu 44% do orçamento. Com isso, o valor é o menor de que a área vai dispor em 12 anos.

— É um corte que o país não suporta. Vai atrasar o país por décadas. Quem diz isso é a comunidade científica. O corte é parte de um plano que está destruindo nosso país — disse Jorge Viana (PT-AC).

O presidente da CCT, Otto Alencar (PSD-BA), observou que o problema de cortes no setor não começou no governo Temer e afirmou que vai trabalhar em uma proposta que impeça o contingenciamento dos fundos setoriais, como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

— Vamos trabalhar para que os recursos dos fundos sejam aplicados apenas



O senador Otto Alencar (C) conduz audiência em comissão sobre desenvolvimento tecnológico

no setor — disse.

Viana, que é relator da política pública Expansão da Banda Larga, escolhida pela comissão para ser avaliada ao longo de 2017, apontou a discussão sobre a aplicação dos fundos como uma das prioridades sobre os quais o Senado deve se debruçar. Para o senador, o descontingenciamento do Fust é fundamental para uma expansão mais rápida do acesso à banda larga.

O secretário de Política de Informáti-

ca, Maximiliano Martinhão, reconheceu que os cortes preocupam, mas lembrou que o ministro Gilberto Kassab conseguiu recompor recursos no Orçamento do ano passado e está trabalhando para que a pasta não seja prejudicada.

— O ministro está engajado em conversar com equipe econômica.

Na audiência, debatedores afirmaram que o país reúne as condições para se tornar uma nação de economia forte puxada pelas *startups* inovadoras. Eles

apontaram, contudo, que é preciso avançar na aproximação entre empresas e academia, investir na formação de mão de obra qualificada e traçar uma estratégia mais clara de investimento.

Para Álvaro Toubes Prata, secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do ministério, é fundamental melhorar as leis de forma a favorecer a relação entre universidades e empresas:

— Estamos finalizando o decreto que regula o Código Nacional de Ciência e Tecnologia para que a relação entre ambiente acadêmico e industrial melhore.

Para o presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, Ruben Delgado, o Brasil deve se posicionar melhor no setor de inovações científicas e tecnológicas.

— O Brasil tem que se posicionar em alguma coisa que os outros países comprem. Não dá para ser bom em 13 coisas.

## Telmário Mota lembra dificuldades enfrentadas por povos indígenas

Telmário Mota (PTB-RR) celebrou o Dia do Índio, comemorado ontem. Lamentou, porém, as dificuldades por que passam esses povos.

O mais grave, segundo o senador, é que, de cada 100 índios que morrem, 40 são crianças, vítimas de doenças facilmente tratáveis.

Ele também destacou o fato de apenas 8% das 710 terras indígenas estarem com o processo de regularização jurídica concluído. Ele cobrou da Fundação Nacional do Índio (Funai) que essa situação seja resolvida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Randolfe manifesta preocupação com medida que afeta índios no Norte

Na terça-feira, véspera do Dia do Índio, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protestou contra portaria do Ministério de Minas e Energia que autoriza a entrega da Reserva Nacional de Cobre e Associados para fins de extração mineral. A medida ameaça os povos indígenas do Amapá e do norte do Pará, abrindo a porta para a maior devastação ambiental que a região já viu, disse o senador.

— Vão permitir, no coração da floresta amazônica, a atividade de mineração sem um centavo para a população local.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Chaves diz que Exército é fundamental na defesa dos interesses do Brasil

Pedro Chaves (PSC-MS) agradeceu no Plenário pela condecoração que lhe foi entregue pelo Comando Militar do Oeste e destacou o papel do Exército na defesa da unidade nacional e dos interesses estratégicos do Brasil. Ele lembrou a contribuição de membros do Exército em episódios como a abolição da escravidão, a Proclamação da República, a Revolução de 30 e a 2ª Guerra.

— Também destaco o papel internacional que nosso Exército cumpre. Não são poucas as missões, objetivando dirimir conflitos, garantir a paz entre nações e contribuir com iniciativas humanistas.

## Para Humberto, Temer quer tirar dos pobres para aumentar lucro dos bancos

Humberto Costa (PT-PE) classificou de “nativismo” o projeto da reforma da Previdência e considerou “desesperado” o esforço do governo em salvar a proposta por meio de mudanças superficiais e troca de favores. Para ele, a reforma está desconectada da realidade do povo e é apoiada por meios de comunicação que mentem sobre o objeto da discussão.

Humberto disse que o presidente Michel Temer busca tirar direitos básicos dos mais pobres para aumentar os lucros do sistema financeiro.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Debate aponta grave crise hídrica no Nordeste

Especialistas alertaram para a urgência de ações pela revitalização do Vale do São Francisco e para melhorar o planejamento e a gestão do abastecimento de água na região

É PRECISO REUNIR esforços para enfrentar o risco de agravamento da crise hídrica na região do Vale do São Francisco, afirmaram os participantes da audiência realizada ontem na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. O debate tratou do risco de falta de abastecimento de água na região e a repercussão dessa crise no reservatório da Barragem de Sobradinho, na Bahia.

O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), disse que a situação é grave. Segundo o senador, cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo têm dificuldade para acessar água potável. Ele lembrou que o Brasil tem 12% da água potável do planeta e ainda assim enfrenta problemas de abastecimento.

— Precisamos de mais planejamento e gestão. Sem água, ninguém vive.

## Revitalização

Para o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, é possível ter convicção da segurança de fornecimento de energia para o Nordeste, já que há várias usinas coligadas capazes de garantir energia para a região.

— No entanto, os últimos anos têm sido considerados os piores da série hidrológica do Nordeste em um período de mais de 80 anos, o que pode



Fernando Bezerra Coelho preside audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas

piorar as condições de fornecimento de água — acrescentou.

A presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Kênia Marcelino, defendeu a revitalização das bacias hidrográficas. Segundo ela, será preciso construir mais poços artesianos em algumas regiões, para viabilizar o abastecimento.

— Preservar é preciso e revitalizar é preciso. Precisamos do envolvimento da sociedade e do governo em favor do meio ambiente — afirmou.

O presidente do Conselho de

Administração do Distrito de Irrigação Nilo Coelho (Dinc), Amauri Bezerra, pediu a atenção de todos os órgãos à situação, já que as previsões apontam para pouco volume de chuva também para o próximo ano.

— É preciso uma ação de Estado para não chegarmos a uma situação muito triste para a região — declarou.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que propôs e presidiu a audiência, manifestou preocupação com o risco de colapso do sistema da Barragem de Sobradinho. Ele disse que há um ano Sobradinho tinha 34% do seu volume

útil e agora tem apenas 15%.

De acordo com o diretor de Operação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), João Henrique Franklin Neto, a vazão em Sobradinho baixou de 1.300 metros cúbicos por segundo em 2013 para apenas 700 em 2017. Franklin Neto apontou ainda que, com as poucas chuvas deste ano, uma nova redução deve ocorrer, agora para 600 metros cúbicos por segundo.

— Nunca utilizamos o volume morto de Sobradinho, mas, se continuar com pouca chuva, vamos usar da melhor maneira possível — afirmou.

Para o superintendente de Operações e Eventos Críticos da Agência Nacional de Águas (ANA), Joaquim Gondim Filho, a crise hídrica leva a uma reflexão sobre os múltiplos usos da água.

## Aquíferos

O deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) questionou a viabilidade da dessalinização e do uso das águas subterrâneas. Em resposta, Gondim disse que hoje os custos do processo da dessalinização já não são proibitivos e o Ceará já tem estudos para um projeto em Fortaleza.

Em relação às águas subterrâneas, o presidente da ANA disse que é preciso prudência no seu uso, já que os aquíferos alimentam os rios e ajudam no equilíbrio do meio ambiente.

## Censo Agropecuário será rápido e eficiente, diz IBGE

O presidente do IBGE, Paulo Rabello de Castro, afirmou ontem que o Censo Agropecuário 2017, previsto para começar em outubro, será o melhor já feito em termos de qualidade. A afirmação foi feita em audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA).

Segundo ele, mesmo com corte de mais de 50% no orçamento do censo, o IBGE vai manter o rigor metodológico e os temas essenciais.

— Faremos muito com pouco. Em termos de qualidade, esse vai ser o melhor censo agro de todos os tempos no IBGE. Eficiente, rápido, seguro. Serão cerca de 5 milhões de propriedades visitadas, 26 mil recenseadores e 100 dias de trabalho por entrevistador.

Um censo detalhado custaria aproximadamente R\$ 1,6 bilhão em três anos, mas o



Paulo de Castro, presidente do IBGE, participa de audiência no Senado

Orçamento destinou por meio de emenda parlamentar R\$ 505 milhões neste ano para a tarefa, que teve de ser enxugada.

Ele ressaltou que, apesar disso, a agricultura familiar não será excluída do censo e todos os temas serão mantidos, entre eles, o cadastro do indivíduo, as características e os fatores

de sua produção.

— Não excluiremos quem quer que seja. Seja agricultura empresarial, profissional, familiar, de grande porte, médio porte, pequeno porte. Estarão incluídos todos e o conjunto de variáveis não teve nenhuma supressão.

Segundo Castro, o questionário foi simplificado e o tempo de aplicação irá de 90 para 45 minutos. A economia de tempo, ressaltou, não diminui a eficiência do resultado.

Waldemir Moka (PMDB-MS) destacou a importância do censo para o que o Brasil tenha credibilidade sobre dados como o que, quanto e onde o país está produzindo.

Ana Amélia (PP-RS) ressaltou a importância de os parlamentares trabalharem para que haja a verba necessária à conclusão do censo.

## Elmano Férrer alerta para drama da seca no Piauí

Elmano Férrer (PMDB-PI) alertou para o drama da seca nas regiões do semiárido do Piauí. Muitos açudes, afirmou, estão vazios e outros só com um “restinho de água”.

Ele destacou que o volume de chuvas vem diminuindo nos últimos anos. O mais grave, disse, é que este é o período mais chuvoso do ano. Os próximos meses são, historicamente, os de seca.

O senador disse que muitos prefeitos já procuraram ajuda do governo estadual e devem ir a Brasília tentar apoio do governo federal.

— Queríamos testemunhar nossa preocupação com os meses que virão no verão.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Garibaldi: faltam gente e recursos para polícia potiguar

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lamentou a situação da segurança pública no Brasil, em especial no Rio Grande do Norte. De acordo com o senador, a presença das Forças Armadas nas ruas do estado ajuda, mas não é a solução para o problema.

Ele afirmou que a polícia civil tem 30% do número ideal de agentes e faltam armas, munição e até mesmo farda para os policiais militares.

Garibaldi disse que, nessa situação, combater o crime é um ato de bravura. Segundo ele, a solução seria reduzir a defasagem que existe nas polícias do estado.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Médicos criticam serviço civil obrigatório

Projeto de Cristovam determina que médico formado em faculdade pública trabalhe durante dois anos em periferia de capital ou em cidade pequena

EM DEBATE ONTEM na Comissão de Educação (CE), o serviço civil obrigatório para médicos despertou posições controversas. A audiência debateu o Projeto de Lei do Senado (PLS) 168/2012, de Cristovam Buarque (PPS-DF).

O projeto determina que o médico recém-formado em universidade pública ou privada com financiamento público preste durante dois anos serviços em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas.

A audiência teve a participação de 4,5 mil internautas, em sua maioria contrários ao projeto. Para Cristovam, o brasileiro não tem compromisso com o coletivo, mas com a corporação a que pertence.

— Talvez não seja ainda o



Observado pelo senador Cristovam Buarque, o consultor legislativo Ricardo Martins fala sobre o serviço civil obrigatório

tempo de o Brasil ter um projeto desses, mas eu vou continuar insistindo — disse.

Integrante do Conselho Federal de Medicina, Lúcio Flávio Gonzaga Filho disse que o projeto perdeu a razão de existir após o Programa Mais Médicos ser implantado. Ele se manifestou contrário ao projeto, porque a formação dos médicos seria alongada demasiadamente.

— Um urologista, além de seis anos de faculdade, tem

agora mais um ano ou dois do programa criado pela Lei dos Mais Médicos. Mais dois anos de cirurgia geral, mais três anos de urologia. Com a aprovação, seriam mais dois anos de serviço social obrigatório, perfazendo 14 anos para a formação de um urologista. — afirmou Gonzaga.

Segundo o consultor legislativo da Câmara dos Deputados Ricardo Chaves de Rezende Martins, o maior entrave para a aprovação do projeto é o ar-

gumento de que ele contraria o princípio da gratuidade do ensino, previsto na Constituição.

Segundo ele, países como México, Colômbia, Venezuela, Bolívia e Equador já têm o serviço civil obrigatório. No entanto, o maior problema desses países está na operacionalização das previsões legais, devido à discrepância entre o número de postos profissionais abertos e o número de formandos.

No Brasil, Martins informou que há cinco propostas

de emenda à Constituição tramitando na Câmara e 24 projetos. Ele explicou que o principal argumento contrário são o princípio da gratuidade do ensino público, que não supõe a contraprestação pelos estudantes, e o princípio da isonomia, que impede de obrigar apenas algumas profissões de prestar o serviço civil.

Segundo Cristovam, não existe ensino gratuito no Brasil, pois o povo paga o custo de todo serviço público. O senador disse que um ponto a ser mudado no projeto poderia ser o de estender o serviço obrigatório a todas as profissões de saúde e dar a opção, para os que não quiserem prestar o serviço, de ressarcir o custo de seus estudos no ensino superior.

Representante do Conselho Nacional de Saúde, Geraldo Adão Santos disse que a entidade defende que os profissionais do SUS prestem o serviço obrigatório como pós-graduação, sendo remunerados e trabalhando em seus estados de origem.



Valdir Raupp (3º à dir.) conduz debate sobre MP que trata de preço de remédios

## Para subprocurador, governo precisa fiscalizar preço de remédio

A Medida Provisória (MP) 754/2016, que permitiu a alteração dos preços dos remédios em qualquer época do ano, provoca discordâncias entre autoridades, indústria farmacêutica e parlamentares.

Entre as preocupações, estão a alta dos preços e a perda de equilíbrio do mercado, como mostrou a audiência pública realizada ontem pela comissão mista que examina a medida.

Até a edição da medida provisória, em dezembro, os preços dos remédios só podiam ser reajustados uma vez por ano. A decisão sobre aumentar ou reduzir o valor e definir o percentual de reajuste ainda cabe ao Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Só que, pelo novo marco legal, o preço agora pode ser definido a qualquer tempo.

Para o subprocurador-geral da República Oswaldo José Barbosa Silva, é positivo permitir que a variação de preços acompanhe a realidade dos custos do mercado

doméstico e internacional. Na opinião dele, deve haver equilíbrio na regulação do poder financeiro da indústria farmacêutica.

— Se o Estado não tiver mecanismos suficientes para evitar o monopólio, o ajuste prévio de preços ou o exercício ilegítimo do direito de patente, então estaremos reféns da indústria farmacêutica em algo que é de segurança nacional que é saúde pública.

O deputado Toninho Pinheiro (PP-MG) afirmou o preço médio dos remédios no Brasil está bem acima do que deveria. Para o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), os preços vêm caindo bastante.

— Principalmente depois da introdução dos medicamentos genéricos, os preços despencaram aqui. Em relação aos EUA, Inglaterra e outros países, o Brasil está aplicando preços muito mais baixos.

Depois de analisada pela comissão mista, a MP será votada nos Plenários da Câmara e do Senado.

## Comissão aprova bônus especial a peritos do INSS

A Medida Provisória 767/2017, que instituiu por até 24 meses um bônus de eficiência aos peritos do INSS, foi aprovada ontem pela comissão mista que a analisa. O relatório é do senador Pedro Chaves (PSC-MS). O texto segue agora para os Plenários da Câmara e do Senado.

A MP estabeleceu que o bônus de desempenho por perícia médica em benefícios por incapacidade será devido ao perito do INSS por cada perícia extraordinária feita em trabalhadores que recebam benefícios por incapacidade e que estejam sem perícia do INSS há mais de dois anos.

O bônus, de R\$ 60, será pago por até 24 meses, ou por prazo menor, desde que não reste nenhum benefício por incapacidade sem revisão.

### Perícias médicas do instituto e desaceleração de polos navais serão temas de audiências públicas

As atividades de perícia médica do INSS vão entrar na pauta de debates da Comissão de Direitos Humanos (CDH). Um dos requerimentos para a realização de audiência pública aprovados ontem, de José Medeiros (PSD-MT), tem por finalidade avaliar a falta de peritos médicos no órgão.

Outro requerimento, de Paulo Paim (PT-RS), quer discutir os critérios que o INSS tem adotado para suspender afastamentos de segurados que, por motivo de saúde, estão em licença por incapacitação temporária. Ele



Relatório de Pedro Chaves (C) sobre medida provisória foi aprovado ontem

O bônus não será incorporado aos vencimentos nem às aposentadorias. Também não servirá de base de cálculo para benefícios ou vantagens nem integrará a base de contribuição previdenciária.

De acordo com o relatório de Chaves, o aposentado por invalidez e o pensionista em igual situação que não tenham retornado à atividade

de estarão isentos de nova perícia do INSS após completarem 55 anos. O mesmo ocorre quando decorridos 15 anos da concessão da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença que o precedeu. E ainda após os 60 anos, independentemente da data da concessão do benefício.

Já o segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para a atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional. O benefício será mantido até que o segurado seja considerado reabilitado ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.

A MP também estipulou nova contagem de tempo de carência para a concessão de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez e de salário-maternidade.

Segundo o governo, o objetivo da medida é reduzir o número de beneficiários de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez que estejam há mais de dois anos sem passar por perícia médica.

# Adotantes também poderão ter estabilidade

Aprovado em comissão, segue para o Plenário projeto que estende à mulher que adota um filho a garantia de que não poderá ser demitida por cinco meses após a licença

MULHERES ADOTANTES OU com guarda judicial para adoção poderão vir a ter estabilidade de cinco meses no emprego, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 796/2015 — Complementar, de Roberto Rocha (PSB-MA), segue para o Plenário. Para o autor, o tratamento a filhos biológicos e adotivos deve ser igualitário.

— O que propomos representa mais um mês de tranquilidade para as empregadas, sem a surpresa de uma demissão imediata, no retorno da licença-maternidade. A proteção das mães adotantes, embora não inclua a amamentação, implica conhecimento, preparo psicológico e a construção de um relacionamento que não passou pela fase de gestação — disse.

De acordo com a relatora, Marta Suplicy (PMDB-SP), tanto filhos biológicos quanto filhos adotivos necessitam de condições adequadas na família, nos primeiros contatos, para que estabeleçam os laços afetivos.



Ângela Portela e Marta Suplicy durante aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Sociais

— Filhos adotivos, inclusive, costumam requerer maiores cuidados em razão do histórico por que passaram até alcançarem a adoção, ao contrário dos biológicos. Há casos de violência e abandono que exigem maior esforço do adotando para a adaptação da criança à família adotiva — afirmou Marta.

Em 2002, a Lei 10.421 concedeu a licença-maternidade e o salário-maternidade à adotante, mas a estabilidade no emprego ainda não estava estendida. Regina Sousa (PT-PI) lembrou que há um projeto em tramitação na Câmara para garantir às mães adotivas todos os direitos con-

cedidos às biológicas, mas o processo de aprovação é longo e demorado. Já Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que a mudança poderá até mesmo estimular as adoções.

## Audiências

Marta, que é presidente da CAS, propôs um acordo de procedimentos para a marcação de audiências que foi acatado pelos senadores. Os convidados deverão ser no máximo quatro, dois a favor e dois contra a questão tratada, com a possibilidade de convite a mais um, excepcionalmente. Ela também garantiu prioridade à marcação das audiências de instrução de projetos que estejam na comissão, a fim de liberá-los rapidamente para votação.

Requerimento aprovado, de Humberto Costa (PT-PE), pede que o ministro da Saúde, Ricardo Barros, preste esclarecimentos sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e o fim do Programa Farmácia Popular.

## Royalty de minério pode ir para saúde e educação

Metade dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), hoje direcionada aos estados e municípios, à pesquisa no setor mineral e à proteção ambiental, poderá ser destinada à educação e à saúde. É o que estabelece o Projeto de Lei do Senado (PLS) 254/2013, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A Cfem é um tributo pago pelas mineradoras para compensar o aproveitamento econômico dos recursos mi-

nerais. Criada para minimizar os impactos socioambientais provocados pela mineração, a contribuição é distribuída numa proporção de 65% para o município onde ocorre a extração, 23% para o estado de origem da extração e 12% para a União, para investir em pesquisa e proteção ambiental.

O texto original do projeto, do ex-senador Inácio Arruda, prevê a destinação de toda a Cfem às áreas de educação e saúde, a exemplo do que se pretendeu fazer com os

royalties de petróleo. A relatora na CAS, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), substituída na leitura do relatório por Waldemir Moka (PMDB-MS), considerou, no entanto, não ser conveniente usar 100% dos recursos porque outras áreas importantes são atendidas com o dinheiro da Cfem.

Por isso, o substitutivo estabelece que 50% do arrecadado com a compensação serão acrescidos aos mínimos constitucionais já determinados para saúde e educação, sendo 37,5% para a educação pública e 12,5% para saúde pública.

Em 2014, a arrecadação com a Cfem girou em torno de R\$ 1,711 bilhão, caindo um pouco em 2015, para R\$ 1,519 bilhão. Em 2016, foi arrecadado R\$ 1,797 bilhão.

O texto já havia sido rejeitado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue agora para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Apresentado por Paim, relatório exige devolução de incentivos financeiros

## Texto reintegra empregado de estatal demitido sem justa causa

Projeto que concede anistia e determina a reintegração de ex-empregados de empresas estatais demitidos sem justa causa e sem acordo coletivo começará a tramitar no Senado. A proposta resulta de sugestão legislativa (SUG 10/2015) da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A ideia é garantir a readmissão dos que foram afastados como parte dos programas de reestruturação das estatais a partir da década de 90, com ou sem recebimento de incentivos. A associação argumenta que os afastamentos ocorreram no contexto de políticas “neoliberais” que envolveram privatizações em massa e desmonte de estatais lucrativas, com demissões e flexibilização das leis trabalhistas. O relatório favorável à proposição, de Fátima Bezerra (PT-RN), foi apresentado à comissão por Paulo Paim (PT-RS). Foram mantidos os pontos principais do esboço do texto sugerido para o projeto, inclusive a previsão de que o retorno ao serviço está condicionado à devolução

dos incentivos financeiros para a demissão voluntária.

Os reintegrados deverão ser designados para posto e função de trabalho correspondentes aos que ocupavam anteriormente. Em caso de extinção dos postos, será definida uma função compatível.

Um dos dispositivos estabelece ordem de prioridade de retorno ao emprego, de acordo com os seguintes critérios: ex-empregados que estejam comprovadamente desempregados, tenham idade igual ou superior a 55 anos ou que estejam empregados, mas ganhem até cinco salários mínimos.

O relatório classifica como “legítima” a pretensão da associação, com o objetivo de corrigir uma “situação equivocada” da época.

A conclusão leva em conta que empregados públicos, mesmo tendo vínculo de trabalho pela CLT, que se aplica ao setor privado, têm uma “estabilidade atípica”, em decorrência das especificidades de sua relação com as empresas estatais. Entre as razões, está o fato de serem admitidos exclusivamente por concurso público.



Waldemir Moka lê parecer de Vanessa Grazziotin pela aprovação do projeto

## Avançam medidas urgentes de proteção a idoso

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) aumenta a proteção aos idosos que enfrentam situação de violência ou exploração econômica em casa ou nos abrigos. A proposta (PLS 468/2016), do senador Zeze Perrella (PMDB-MG), autoriza o Judiciário a conceder em favor do idoso medidas protetivas de urgência, nos moldes da Lei Maria da Penha em relação a mulheres vítimas de violência doméstica.

A pedido da pessoa agredida ou do Ministério Público, o juiz

pode afastar o ofensor da casa ou do local de convivência com o idoso, além de suspender as visitas. O agressor pode inclusive ser impedido de se aproximar da vítima.

Pelo texto, que segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão final, o juiz fica autorizado a determinar a imediata restituição dos bens indevidamente retirados do idoso.

O efeito prático do projeto é autorizar o juiz a adotar as medidas assim que as denúncias chegarem à sua mesa, sem a

necessidade da apresentação de recursos judiciais que possam retardar as decisões.

As medidas complementam o Estatuto do Idoso, norma que, para Perrella, falhou ao deixar de estabelecer medidas urgentes de proteção. Sem elas, afirma o senador, o enfrentamento da violência contra os idosos pode fracassar.

Em voto favorável ao texto, o relator, Paulo Paim (PT-RS), destaca que as medidas urgentes podem ser adotadas em conjunto com medidas específicas já existentes no estatuto.